CHAMA

PRIMEIRO PASSO

É este o primeiro número do nosso jornal, obra dos rapazes do Centro que encontrou no senhor Dr. José Abrantes da Cunha, Dig.mo Reitor do Liceu a melhor e mais alta compreensão.

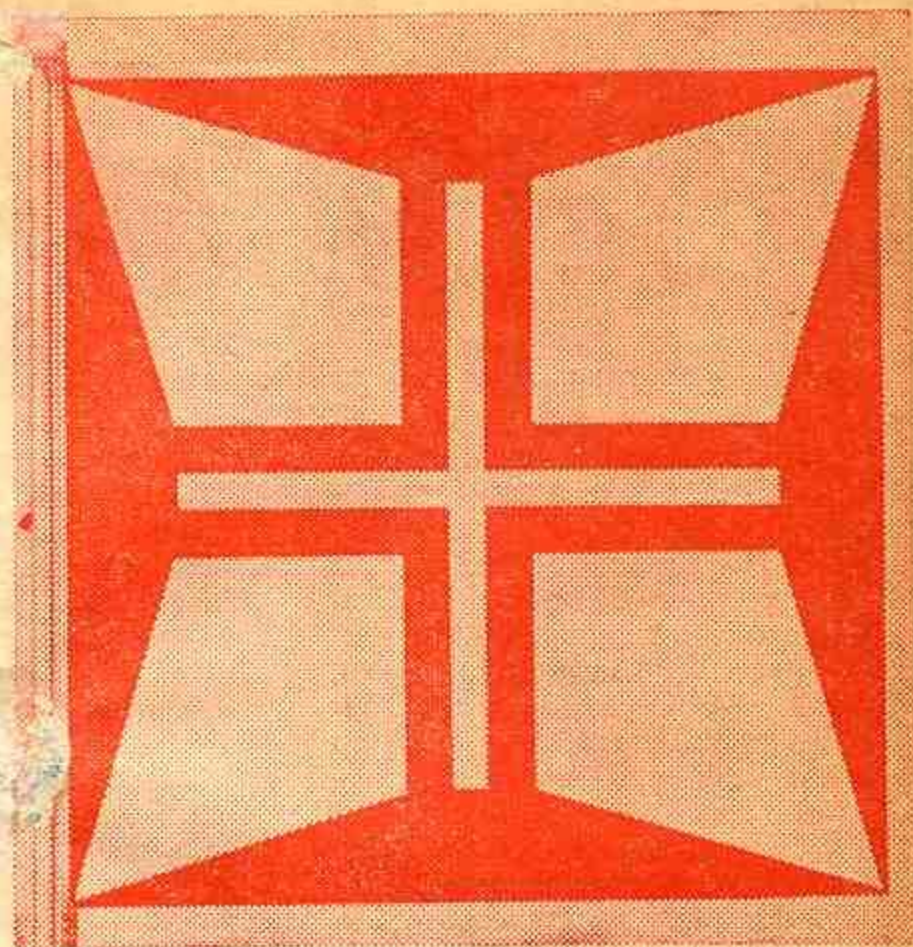
A sua Excelência se deve que o desejo de todos se transformasse em realidade. E, embora, tenha recebido por sua deliberação o encargo de dirigir o jornal do Centro tenho que reconhecer que mais do que a ninguém é à sua pessoa que a «Chama» deve a razão de existir.

Este número será o último contributo dos nossos filiados para as Comemorações Henriquinas. Propomo-nos publicar no corrente ano lectivo mais dois — um de homenagem a D. Nuno Alvares Pereira e outro ao Patrono do nosso Centro, o heróico «Decepado« Duarte de Almeida.

Pedimos sobretudo a colaboração dos rapazes — que eles sintam, vibrem e se entusiasmem com as glórias de antanho, é o nosso primeiro objectivo.

Queremos uma juventude sòlidamente alicerçada nos valores eternos da Pátria, consciente da sua responsabiildade histórica, das duras responsabilidades do momento presente para poder encarar o dia de amanhã sem temor nem desfalecimento.

É necessário que ao longo das províncias portuguesas espalhadas por todos os continentes seja cada vez mais coesa, mais forte, mais

(Continua na 2.ª página)

O SONHO E A REALIDADE

«Triste de quem vive em casa,
Contente com o seu lar,
Sem que um sonho, no erguer de asa,
Faça mais rubra a brasa
Da lareira a abandonar!»

(Fernando Pessoa)

Sonhos — quimeras, fantasias, futilidades?

Não! Sonho — grande impulsionador da acção, fonte perene de realidades maravilhosas. Tudo que existe de grandioso e belo foi primeiro um sonho; mas sonho em que se acreditou, sonho que se viveu, sonho a que se consagrou a alma e a vida.

«Deus, quer, o homem sonha e a obra nasce».

Afonso Henriques sonhou e Portugal nasceu.

Sonhou Nun'Álvares e
«a sublime bandeira castelhana foi derribada aos pés da lusitana».

Sonhou D. Henrique, o glorioso infante dos mares, e a fama fez «que nos mares o pubrique por seu descobridor», e os monstros morreram e os mares deixaram de ferver e novos mundos surgiram e modificou-se a face da terra.

O mundo de hoje é o sonho do Infante feito carne.

Salazar sonhou e Portugal renovou-se.

Neste ano do V centenário do Infante D. Henrique parece providencial a vitória conseguida no Tribunal Internacional de Haia.

Na sua decisão se consagra modernamente a obra maravilhosa do Infante, a expansão de Portugal para além dos mares, a justiça da nossa presença na India, o espírito universalista da Civilização Portuguesa.

Portugal mãe de nações, criador de civilizações, apóstolo do Evangelho de Cristo, o espírito do Infante continua vivo nos teus filhos, o sentido de cruzada permanece informando o da expansão. Nação de vária gente, de diferentes línguas, de povos de diversas cores e de distintas origens, o mesmo orgulho nacional modela a alma de tão desvairadas gentes. O mes-

(Continua na 2.ª página)

1

DIRECTOR LEITE DE CASTRO
CHEFE DE REDACÇÃO C. B. MANUEL DA SILVA ESTEVES
PROPRIEDADE E EDIÇÃO DO C. E. 2 (LICEU DA COVILHÃ)
1 DE OUTUBRO DE 1960

Composto e impresso na Tipografia do «Jornal do Fundão» — FUNDÃO

O ULTRAMAR PORTUGUÊS

Portugal foi o primeiro país da Europa que se lançou ousadamente pelos mares desconhecidos, para levar a Fé de Cristo a todos os povos e para alargar o Império circunscrito a uma pequena porção de territórios na Península Ibérica.

A primeira campanha militar nesse sentido foi dirigida a Ceuta, praça forte do Norte de África, que foi conquistada e passou a ser o primeiro baluarte cristão e português em terra infiel e estrangeira. Animados por esta vitória não deixaram os portugueses passar muito tempo que não começassem a incrustar nas hostis costas de África numerosas praças, que foram mantidas à custa de rios de sangue português, e que afinal tiveram de ser abandonadas.

Mas não as teria Portugal abandonado tão depressa se não precisasse de todas as suas energias e de todas as vidas portuguesas, para as empregar numa outra empresa fantástica e alucinante, que deixou a Europa pasmada.

Era esse empreendimento de tal ordem que nunca, através dos séculos, povo algum o tentara realizar, nem os valorosos Romanos, senhores do Mundo antigo, nem os ousados marinheiros italianos, que então eram os mais sabedores em matéria de navegação.

Mas os Portugueses não só o tentaram, mas também o realizaram, impelidos, guiados, fornecidos, encorajados e exaltados pela gigantesca figura do Infante D. Henrique, que os cientistas, navegadores e historiadores europeus admiraram e ainda recordam com respeito. Dobraram cabos que julgavam encobrir tenebrosos oceanos, afrontaram terríveis tempestades, venceram o Adamastor, ultrapassaram correntes contrárias, e atingiram, afinal, a meta com que sonhavam — a India.

Mas por toda a costa africana deixaram marcos da sua passagem, assim como nas costas americanas, chinesas e oceânicas. E começaram a fundação e colonização de um novo Império, disseminado por todos os cantos do Mundo, mas uno na Fé em Cristo e no amor à Pátria Mãe e comum, que do extremo da Europa dirigia e alentava os valorosos Portugueses que deixavam os seus lares no torrão pátrio para descobrirem e se fixarem em novas terras que engrandeciam a toda a hora o Império Ultramarino Português.

Esse Império, tão espalhado pelo Mundo e que tão fàcilmente podia ser, e foi, na realidade, atacado pelos outros países, foi defendido e conservado através dos séculos à custa de rios de sangue e de dinheiro ,de milagres de diplomacia e de heroísmo, de sacrifício de inúmeras vidas e bens, como uma mãe defende o seu filho contra os lobos famélicos que tentam arrebatar-lho, esse filho que será o seu amparo na velhice, e continuará a sua obra, guiado pelos ideais que aprendeu em pequeno, nos primeiros tempos da sua vida.

Esse Império Ultramarino, que é o quarto entre os maiores, conservou-se quase intacto até aos nossos dias, sendo hoje o orgulho e um poderoso auxílio da Mãe Pátria, que pelos séculos fora nunca descurou o seu proveito e prosperidade, nunca se esqueceu que os seus filhos de além-mar, qualquer que seja a cor da sua pele, são seus filhos também, que sempre tomou as medidas necessárias para o seu desenvolvimento e modernização, que ainda hoje emprega a melhor parte dos seus rendimentos em aproveitar todos os inestimáveis recursos que o Ultramar possui, quer no subsolo, quer nos terrenos cultiváveis.

É por isso que hoje, todo o Ultramar, especialmente as províncias de Angola e Moçambique são das mais prósperas de toda a África, com extensas redes de caminhos de ferro, modernas estradas, cidades tão grandes ou maiores que as da Metrópole, numerosas e importantes barragens para produção de energia hidro-eléctrica, extensíssimos campos cultivados pelos meios mais modernos, fábricas com máquinas aperfeiçoadas e do último modelo, minas de ferro, cobre, ouro, diamantes, petróleo, etc., ocupando lugar de honra entre as de toda a África, Liceus e Escolas Técnicas bem montadas e com óptimos professores, que são uma insignificância comparados com os imensos recursos ainda inexplorados.

Todos os dias os gráficos de exportação de produtos de Angola e Moçambique nos provam sobejamente quão grande é o valor dessas províncias na economia portuguesa, pois os valores desses produtos exportados atingem a cifra dos milhões de contos.

Observemos agora o nosso Império Ultramarino sob outro aspecto, em relação aos inquietantes acontecimentos que actualmente se passam em todo o Mundo.

As influências comunistas actuam agora intensamente na África, aliás como na Ásia, América e Europa, provocando revoluções indígenas dentro das colónias europeias.

Principalmente a França está sendo atormentada pela rebelião dos colonos argelinos, municiados pela Rússia e que procuram a independência. Neste ponto a França parece não querer transigir, mas as suas colónias da África Equatorial e Ocidental, conseguiram, uma após outra, implacàvelmente, a independência.

O Império Colonial Britânico, já imensamente reduzido depois da proclamação da independência dos Estados Unidos e, pràticamente, do Canadá, do Indostão, do Paquistão, de Ceilão, das colónias do Sul de África, vê-se agora atacado nas Rodésias, onde se manifestaram rebeliões.

No Congo Belga os indígenas estão também em pé de guerra.

Na União Sul Africana também há revoluções e atentados aos membros do governo.

A África é um imenso campo de rebelião dirigida pelas mãos traiçoeiras dos comunistas sovietes. Mas porquê então não houve ainda notícias de revolta nas possessões portuguesas? Não é lógico que os agitadores comunistas não tenham empregado também as suas actividades na Guiné, Angola e Moçambique. Então como explicar que nestas se mantenha a calma e a paz? Para mim só há uma explicação: Portugal tratou os indígenas como portugueses, deu-lhes os mesmos direitos e obrigou-os aos mesmos deveres dos brancos, tem feito tudo para melhorar e elevar a sua situação, educou-os nos mesmos ideais cristãos e patrióticos e conseguiu que entre os portugueses do Ultramar e os da Metrópole não houvesse a mínima diferença.

Só assim se explica também que, nos territórios de Dadrá e Nagar-Aveli os hindus não se tenham aliado aos seus irmãos de raça contra Portugal, porque eles se consideram, e são considerados portugueses, não só de língua, mas pelas medidas que Portugal tomou em relação a eles.

É, na realidade, um grande motivo de orgulho e uma grande compensação por todos os seus sacrifícios ver a atitude dos portugueses do Ultramar contra influências estranhas e inimigas à Nação.

Luís Filipe Moura e Silva
(A.C.C.)

O SONHO DO INFANTE

I

Era uma vez um Português
Que era ousado e valente,
E pensou em descobrir
Novas terras, e outra gente.

II

No promontório de Sagres
Passou dias a cismar,
E ensinou aos Portugueses,
A arte de navegar.

III

E encontraram finalmente
No fim de sofrerem tanto,
Um jardim, a que chamaram
A Ilha de Porto Santo.

IV

Com os olhos postos em Deus,
E levando a cruz por guia
Os valentes marinheiros
Chegaram a Santa Maria.

V

Foram muito corajosos,
e rezando com fervor,
Os heróicos Portugueses
Dobraram o Bojador.

Maria Alexandra dos Santos Martinho

PRIMEIRO PASSO

(Continuação da 1.ª página)

firme a unidade nacional, ideal primeiro que deve nortear toda a nossa vida e encaminhar todas as nossas acções.

Saiba a juventude portuguesa corresponder àquilo que dela se espera aprendendo nos exemplos do passado a preparar com firmeza o futuro e não haverá razões para dúvidas nem para receios.

Se todos forem presentes à chamada, e para a glória de servir não recearem perante os maiores sacrifícios, restar-nos-á a satisfação plena de cumprirmos o nosso dever para com Deus e Portugal.

O SONHO E A REALIDADE

(Continuação da 1.ª página)

mo amor fraterno une os homens de tão vasto império e de tão diferentes raças. É que desde o início, assente a tua expansão na sublime doutrina do amor do próximo que o Evangelho veio ensinar aos povos, te costumaste a não fazer distinção de raças ou de cores. Conquistaste para civilizar, abrindo novos mares; dominaste vários povos para os cristianizares. E, como os apóstolos e como os mártires, derramaste para isso o sangue de teus filhos. É esse o segredo da perenidade do teu império. É que, mais que o império de Portugal, é o império de Cristo aquele que tu formaste.

Já Afonso de Albuquerque, o maior capitão do século XVI cuja vida foi exemplo raro de nobreza, abnegação e heroísmo, sonhou, logo no alvorecer do império, com esta fraternidade cristã das gentes de Portugal. Homem de acção, que sempre procurou viver os seus sonhos, quis também que este se tornasse realidade. Para tanto fomentou o casamento dos portugueses da Metrópole com os portugueses da India, apadrinhando tais enlaces e dotando os mais desprotegidos da fortuna.

Mocidade, idade de sonho, de ideias largas e generosas! Sem sonho não há mocidade.

Mas sonha e crê. A Fé transporta montanhas. Portugal de ontem e de hoje é o fruto maravilhoso de sonhos fantásticos e a realidade esplendorosa de inquebrantável fé.

Sonha o sonho do poeta que diz:

«E outra vez conquistaremos a Distância
Do mar ou outra, mas que seja nossa».

Crê nas tuas forças e poderás mais tarde dizer também como o mesmo poeta:

«Da obra ousada
É minha a parte feita,
O por-fazer é só com Deus».

José Abrantes da Cunha
Director do Centro

Falam os antigos filiados

«Chama» está ao dispor dos antigos filiados e terá o maior gosto na sua colaboração. E, por isso, com muito prazer que arquivamos nas nossas colunas o artigo do C. G. Júlio da Silva Esteves, dos primeiros graduados deste Centro onde chefiou com muito zelo e dedicação as secções de secretaria e cultural.

Hoje, no comando do Centro Escolar n.º 2 da Ala de Castelo Branco, continua a bem servir nas fileiras da M.P.

TRIBUNA DOS ANTIGOS FILIADOS

D. HENRIQUE

— O cruzado, o investigador, o missionário

Tratar da personalidade do Infante D. Henrique não é coisa fácil para qualquer — muito menos para mim. Ela não teve um traço característico, pelo qual a possamos definir. Dos seus múltiplos aspectos, pretendo focar três, ainda que sintèticamente: o cruzado, o investigador, o missionário.

Vivendo num período de transição entre duas épocas da História, a sua educação teve, consequentemente, duas facetas totalmente distintas. Por um lado, recebeu uma educação baseada em sólida formação religiosa, tìpicamente medieval. Daqui nasce o espírito de cruzada, já bem patente nos seus imortais antepassados: D. Afonso Henriques, D. Afonso IV, Eduardo I e Eduardo III da Inglaterra, donde proveio a sua virtuosa Mãe, a Rainha D. Filipa de Lencastre, cujo casamento com o Mestre de Avis se transformou em selo de garantia da Aliança Luso-Britânica.

Por outro lado, foi-lhe também incutido o desejo de saber, caracteristica da Idade Moderna, que alvorecia no seu espírito, desejo que ele foi alimentando à medida que se formava. Também tinha modelos de cultura entre os seus avoengos: D. Dinis, Afonso X, o sábio João de Gande, padroeiro das Letras. Não podia degenerar.

Cedo se fez notar pelo seu espírito empreendedor e impulsivo, de tal modo que seu pai o tinha como filho predilecto. Nele depositara as mais fundadas esperanças.

Os três mais velhos Infantes (não considerando os dois bastardos) estão a atingir a maturidade e querem, a todo o transe, ser armados cavaleiros.

Firmara-se paz com Castela. O reino estava consolidado e a viver os primeiros momentos de tranquilidade após a mudança de dinastia. Isto, se agrada ao sedentário lavrador, já não estava nos hábitos do fidalgo guerreiro e desgostava os jovens príncipes, desejosos por ganharem, com feitos ilustres, as suas esporas. Por tal motivo, começaram a fazer projectos para submeterem à aprovação do Rei, seu Pai.

Este pensava no mesmo; andava consigo a ideia de organizar um torneio, no qual fossem armados cavaleiros seus filhos Duarte, Pedro e Henrique. Tal ideia veio ao conhecimento dos Infantes, que não a receberam de bom grado. Em contrapartida, muito lhes aprouve a sugestão feita pelo Tesoureiro Real, João Afonso d'Alenquer, a qual foi logo posta ao conhecimento de D. João I: a conquista de Ceuta.

A princípio achou a ideia irrealizável, mas os filhos insistiram e o Rei fez reunir os seus conselheiros. Enfim, o plano foi avante.

Quem regozijava como nenhum era o Infante D. Henrique, Visionário, considerava ainda a expedição como um meio de trazer almas para o Santo Reino do Senhor. O «serviço de Deus» foi ,aliás, o argumento que mais pesou no ânimo do Monarca e só se decidiu a empreender a campanha depois de se certificar, junto das entidades eclesiásticas, que era obra agradável aos Céus.

Combater o Mouro no seu próprio terreno seria peleja digna e que muitos benefícios traria à Cristandade. Pensava o Infante que Ceuta podia ser o primeiro passo para a submissão do Crescente à Cruz, pela espada.

Cumprindo ordens do seu Pai, dirigiu-se ao Porto, sua terra natal, para reunir forças. Aí lhe aparece uma figura que podemos considerar a antítese do «Velho Restelo»: — O cavaleiro Aires Gonçalves de Figueiredo, que, apesar de haver entrado já na casa dos 90 anos, ainda queria dar o seu contributo para a empresa de Ceuta. O Infante, atónito, sensibilizado por tão leal desejo de servir, sorriu e respondeu: «Já me parece que homem de tantos annos deverá filhar repouso, por descanso de tantos trabalhos». E o ilustre cavaleiro retorquiu: «Eu non sei se os membros por rezão da hidade enfraqueceram, mas a vontade não é agora menos do que em todollos outros trabalhos, que eu levey com vosso padre». (Zurara, crónica de Ceuta, cap. XXXV).

Tinha também espírito de cruzada este venerável monagenário!

Quando o Infante chegou a Lisboa, com uma vistosa armada, ainda seus irmãos deambulavam pelo centro e sul do país, recolhendo homens de armas. D. João sentiu-se orgulhoso por tão prendado filho.

Entretanto, adoecia gravemente a Rainha. Era seu desejo ver armar os filhos cavaleiros. Como tal não se apresentasse viável, quis, ao menos, entregar, a cada um dos três mais velhos, a sua espada, com uma recomendação. Sendo a vez de D. Henrique, disse-lhe, afagando-o: «...A vos quero encomendar todos os senhores fidalgos e escudeiros destes regnos». Ficou-lhe gravado este pedido. Ele soube cumprir, mas os seus protegidos também corresponderam. Imbuídos no espírito de cruzada que obsecava a alma do Infante, depois da conquista de Ceuta foram o seu braço direito na execução do plano traçado na sua Escola Náutica, «a única onde a ciência estava, dia a dia, ao serviço das realizações que se iam efectuando, na descoberta de novas terras, de novos processos de navegação, de novos instrumentos da arte de navegar, num aperfeiçoamento constante que é título de glória para os portugueses» e que D. Henrique pôs a funcionar e sustentou em Sagres, com os seus rendimentos pessoais (provenientes do ducado de Viseu e do senhorio da Covilhã e com os da Ordem de Cristo, pois fora nomeado seu Administrador pelo Papa). Tudo consumiu na empresa que o fascinou. Na ânsia de combater o mouro, desbravar os mares e desvendar os seus segredos, de trazer o Império à Fé de Cristo, isolou-se na escarpada costa de Sagres, para, mais em contacto com o bramir das ondas que ecoavam no «Sacrum Promontorium», aprofundar os seus conhecimentos sobre as correntes, os ventos, a astronomia, com os melhores mestres do seu tempo, que foi reunido a muito custo. Deixara a corte política cujo ambiente não o seduzia, por se tornar demasiado intriguista, após a morte dos seus venerandos pais, para formar de uma corte «seu generis». Em vez de damas e fidalgos ociosos, reuniu uma pleiade de sábios, especialistas da arte de navegar, cosmógrafos, astrónomos, matemáticos, tendo os seus protegidos por discípulos.

Para o Infante a «noite de mil anos» terminara. Havia que averiguar até que ponto as lendas coincidiam com a realidade. D. Henrique partiu do zero. Nada tinha senão as histórias fantásticas do mar tenebroso e do Cabo Não. Eram, afinal, valores negativos e que muito pesavam no ânimo dos nossos nautas. Contudo, eles foram desanuviando a bruma do oceano, mercê do seu destemor e brio e do trabalho aturado a que o Infante e os seus colaboradores se submeteram, dia e noite. Era aliando a teoria dos mestres à prática e ousadia dos seus escuteiros, que D. Henrique ia desbravando o oceano, desfazendo lendas, contactando com povos, até então ignotos, e que atraía por meio do comércio, para depois evangelizar. Enquanto que na Mauritânia o espírito dominante era o de cruzada contra o infiel agora os objectivos do Infante estão bem patentes nestes dois conselhos que dava aos seus mareantes: «Ide mais além» e «pactuai, não guerreai».

Mais além, na senda de novas rotas, à procura de novos horizontes, que a sua alma sedenta desejava conhecer; mais além, ao encontro do Preste João, para com ele emparceirar contra o maometano; mais além, à procura do comércio das Indias, fonte primordial da riqueza árabe. Sugando esta fonte, desviando a rota das especiarias, estava dado um profundo golpe na vetusta mas forte árvore muçulmana, que tão profundas raízes tinha naquelas paragens e tão prejudiciais eram à cristandade.

«Pactuai, não guerreai» — porque agora já não é o mouro quem se enfrenta, mas sim o gentio, o berbere, o habitante das mais reconditas paragens da Africa Tropical e Equatorial. Urge atraí-lo, mostrar-lhe uma civilização superior, e os altos ideais que a regem. Pactuar, portanto, para contactar, auscultar o coração da selva, colher informações que o Infante, olhos fitos no «seu-horizonte», está ansioso por receber.

Um dos exemplos mais típicos da audácia lusitana incutida por D. Henrique, para desbravar novas terras e contactar com novas gentes, é-nos dado por João Fernandes. Integrado numa expedição sob o comando de Antão Gonçalves, resolveu ficar no Rio do Ouro, para obter informações daquela região, até que novas caravelas chegaram de Portugal. Posto em contacto com os indígenas, o destemido navegador de tudo foi despojado e passou a viver como se um deles fosse. Convidado por chefes de várias tribus, penetrou no interior, onde enriqueceu a sua bagagem de conhecimentos, que segundo há notícia, muitho úteis foram ao Infante.

O sentido missionário e civilizador de D. Henrique está bem patente no seguinte episódio: Fora Gomes Pires até à foz do Senegal que outros consideravam o Nilo. Aí encontrou algumas cabanas que pareciam abandonadas. Para se certificar enviou o Capitão alguns homens a terra. Observaram-nas interiormente e lá encontraram duas crianças — um rapaz e uma rapariga Capturados, foram trazidos os dois jovens sanegaleses para a Vila do Infante que ficou encantado com eles e logo providenciou para que fossem instruídos em «todallas coisas que cumpria saber cristão», segundo refere Zurara, escritor coevo, na sua Crónica da Guiné. (Cap. LX).

Acrescenta Ealine Sanceau que «o menino depressa aprendeu a ler, a escrever, a rezar e a dizer o catecismo». E observa Zurara que fez tanto progresso nas doutrinas da Igreja que muitos cristãos não eram tão instruídos ou tão devotos como ele. Elaine Sanceau diz-nos ainda que o Infante esperava fazer dele um sacerdote e mandá-lo para Africa, missionar entre a sua gente; e continua: «a irmã veio a ser mulher feliz em Portugal, onde nunca foi tratada como escrava».

Dando «novos mundos ao mundo», novas terras a Portugal, novas almas ao reino de Cristo, ele conseguiu erguer-se aos olhos de gerações sucessivas que lhe prestam homenagem por haver lançado as bases e realizado, por si só, metade da Epopeia mais grandiosa que povo algum ousou já levar a cabo.

Precursor da Idade Moderna, ele foi dos personagens que mais profundamente contribuiram para alterar o rumo à Humanidade. E, contudo, quase não saiu do seu penedo de Sagres!

É que o Inclito Infante soube, como poucos, aliar o estudo à acção, à persistência e à Fé. — E a obra surgiu.

Junto a minha débil voz ao coro unissono que, por todo o mundo lusíada, mais, por todo o globo, ecoa em louvor da homenagem ao promotor dos descobrimentos «de novos mundos».

O Infante e a sua obra tiveram e têm, um interesse tão transcendente, que passaram as fronteiras do país que o viu nascer para irem colocar-se num plano universal.

O Infante D. Henrique é mais que uma glória de Portugal — é uma glória da Humanidade!

Júlio da Silva Esteves
(C. G.)

INFANTE NAVEGADOR

Ó alto, ó sublime Infante,
Imortal Génio do Mar,
Enquanto o Mundo for Mundo,
O Mundo te há-de admirar!

HENRIQUE MARCOS

O DIRECTOR DO Conjunto Instrumental FALA PARA A «CHAMA»

A quina de reportagem deslocou-se à Escola de Música onde durante as férias têm decorrido os ensaios do Conjunto Instrumental, sob a direcção do Professor Rosa Soares, seu fundador e que com tanto sacrifício e dedicação o tem orientado.

O Conjunto Instrumental que é, sem dúvida, uma das maiores iniciativas culturais levadas a efeito por este Centro tem colaborado em todas as festas aqui realizadas e as suas actuações mereceram sempre os maiores elogios.

Foi, por isso, com muito interesse que ouvimos as declarações do Sr. Rosa Soares, nosso professor e amigo.

— Porque pensou em fundar este Conjunto?

— Porque em cada criança existe a latente intuição musical, verdadeiro diamante por lapidar do qual é possível irradiar os mais belos e elevados sentimentos morais e estéticos. Há muito acalentava dentro de mim a ideia fixa de um dia formar um pequeno Conjunto Instrumental que com o decorrer do tempo seria constituído por todos em fraterna camaradagem. Mercê de circunstâncias várias e não obstante já se terem feito várias diligências através de 20 anos em que presto serviço no Liceu da Covilhã só em princípios de 1957 foi possível começar com dois e mais tarde com 6 rapazes, aos quais se foram juntando outros.

Hoje posso afirmar que se o Liceu tivesse os 3 ciclos, o número de componentes seria muito maior de 70.

Apesar de terem já saído uns 30 componentes do Conjunto Instrumental, por serem obrigados a procurar outros estabelecimentos que lhe assegurassem a continuação dos seus estudos, resta-nos a consolação de termos contribuído para que levassem deste Centro seguras bases para obter lugar em orquestras congéneres de qualquer Liceu ou Escola.

— Com quantas figuras conta?

— Vamos começar o novo ano lectivo precisamente com 30 elementos aptos a executar músicas, embora fáceis para atender às possibilidades artísticas de todos os elementos.

— O Conjunto já actuou algũma vez fora do Centro?

— Além das actuações em festas realizadas no Centro registamos outras, no Abrigo dos Pequeninos de Nossa Senhora da Conceição, Centro Paroquial de Santa Maria, Salão Paroquial de São Pedro, Creche do Menino Jesus, Albergue dos Inválidos do Trabalho, Centro Artístico do Teixoso, etc..

— Tem alguns planos para o futuro?

— Uma ida a Lisboa para prestar o nosso concurso em actividades da Mocidade Portuguesa, promover audições para as crianças escolares e pré-escolares, apresentação do Conjunto na Televisão, cujo objectivo é também fomentar e estimular a criação de novos conjuntos nos diversos Centros da M. P.

— Uma obra destas carece de muito apoio e colaboração. Estou certo que nunca lhe foram negadas, não é verdade?

— Nunca me foi regateada a ajuda moral e todo o apoio necessário. Felizmente no ano lectivo de 1959/1960 sentimos bem o interesse e o estímulo do nosso dedicadíssimo Reitor e amigo Dr. José Abrantes da Cunha, que com o entusiasmo e o carinho próprio de quem sente e vive os problemas dos alunos, tem sido um activo impulsionador desta bela e oportuna iniciativa. O interesse tem ido até ao ponto de dispensar auxílios materiais necessários e úteis ao desenvolvimento de tal iniciativa.

Por tal facto todos nós estamos devedores de profunda gratidão ao Excelentíssimo Reitor.

Eram horas de ensaio e antes de nos retirarmos tivemos o prazer de ouvir, ainda, alguns dos números que o Conjunto Instrumental do Centro tem preparado ùltimamente.

«Chama» felicita o Senhor Rosa Soares pelo seu trabalho aparentemente modesto, mas com altos fins não só culturais como educativos.

Fernando Miranda Garcia
(C. C.)

AVANTE!

I

Batem na rocha as alterosas vagas,
Desfazendo-se em nuvens de espuma;
Estremeceram sob o Céu as suas fragas,
Ante do Cabo a indiferença suma.

II

Sobre o duro e agreste Promontório,
Contra a luz dos raios deslumbrante,
Como um ser fantástico e ilusório,
Se recorta a figura do Infante.

III

Perdido o olhar nas trémulas estrelas,
Nem ouve os tristes gritos das gaivotas,
Esperando o voltar das caravelas,
Perdidas algures, em terras ignotas...

IV

E enquanto cai da noite o negro véu,
E o vento enfuna as vestes do Infante,
Os lusos marinheiros, olhos no Céu,
Caminham sempre avante, sempre avante...

V

Na noite, a Cruz do Sul é o seu guia
Para o tão desejado mar aberto,
O rumo que, por fim, lhes mostraria
A tão distante India, já tão perto,

Avante!... Sempre Avante!... Sempre Avante!...
Exclama, sem cessar, a voz do Infante.

LUIS FILIPE MOURA E SILVA
(A. C. C.)

O Conjunto Instrumental do Centro

Ouvindo o Director do Centro...

Não quisemos deixar de colher as impressões do Senhor Dr. José Abrantes da Cunha, Reitor do Liceu e Director do Centro sobre o aparecimento do nosso jornal e a forma como decorreram as actividades durante o ano passado.

Dr. Abrantes da Cunha, Reitor do Liceu e Director do Centro

Embora Sua Excelência estivesse a braços com todos os problemas que precedem a abertura do ano lectivo, não quis deixar de nos receber, atendendo-nos, imediatamente, com a afabilidade que lhe é peculiar.

A nossa conversa que, infelizmente, não foi longa, começou sobre os motivos que levaram à publicação da «Chama».

— Poder-nos-á Vossa Excelência dizer como nasceu a ideia da publicação deste jornal?

— A ideia de publicar este jornal nasceu, além de com ele se procurar dar mais um contributo dos rapazes do nosso Liceu às Comemorações Henriquinas, o desejo de suscitar entre toda a juventude escolar a vontade de continuar a publicação de um órgão oficioso que entre todos mantivesse o espírito de camaradagem. Esse órgão oficioso, o pequeno jornal do Centro, tem na minha mente a finalidade de fornecer a todos os alunos do Liceu uma tribuna em que se possam iniciar as suas actividades literárias, publicando aí as primeiras tentativas na arte de escrever.

— Espera, Vossa Excelência, realizar os objectivos em vista?

— A realização desses objectivos não depende apenas do desejo que me anima, como Director do Centro e Reitor do Liceu. Depende, principalmente, da compreensão de todos os nossos alunos e do seu desejo de dar continuidade ao órgão que neste momento é criado. Não nos podemos alhear da questão material. O jornal para se manter com a periodicidade que lhe é indispensável, além da colaboração literária, necessita, também, de meios materiais que o sustentem. Será fácil de debelar esta dificuldade desde que, não só os actuais alunos, mas também todos os que já passaram pelos bancos do Liceu se resolvam a assinar a «Chama».

— Gostaríamos ainda de saber a impressão de Vossa Excelência sobre as actividades do ano passado.

— Já, pùblicamente, tive ocasião de assinalar, e repito agora com muito gosto, a impressão que me deixaram as actividades do nosso Centro no ano findo. Pena é que as condições de funcionamento do nosso Liceu e, portanto, do Centro que nele se encontra instalado, não permitam um maior desenvolvimento das actividades físicas. É esta a principal falha do Centro. Quase não há desporto, porque não há onde praticá-lo. Em compensação as actividades de natureza cultural, a educação moral e patriótica dos filiados do Centro atingiu um desenvolvimento que me apraz registar.

Não quisemos incomodar por mais tempo o Senhor Dr. Abrantes da Cunha e sinceramente desejamos que os planos que com tanto carinho tem elaborado para o prestígio do nosso Centro tenham plena realização.

Paulo Pais Proença
(C. C.)

O INFANTE SONHADOR

Olhai, vede aquele vulto tão rígido
de braços cruzados, quedos seus olhos,
além no Promontório, nos escolhos
tendo tal rosto de mármore, lívido.

Parece a morte; de negro vestido,
sobrecenho carregado o mar fita;
este elemento irado assim lhe grita
batendo o paredão com alarido:

— «Pois que queres tu que sempre assim olhas?
Que queres? Diz!» O vulto respondeu:
— «Em ti, ó mar, eu lançarei as quilhas!

Hás-de ser meu, nosso, de mais ninguém!»
Do mar foi, pois, cortado o seio seu:
— Era o Infante Sonhador do Além...

ALBERTO A. BRANQUINHO
(A. C. C.)

Finalidades da Mocidade PORTUGUESA

A Mocidade Portuguesa é uma Organização fundada há 24 anos pelo Ministro Carneiro Pacheco que reconheceu não serem suficientes a Igreja, a Família e a Escola para formar o carácter da juventude.

Na Mocidade Portuguesa todos devem ter o verdadeiro sentido de camaradagem para que tudo corra na melhor ordem e disciplina.

Compete aos graduados incutir nos rapazes o verdadeiro espírito de M. P. e destruir a falsa noção que alguns têm sobre a Organização.

É preciso que os filiados não vejam no graduado, que os comanda, um chefe rígido e severo mas que o tenham como um companheiro mais velho, pronto a orientá-los e a ajudá-los em todos os problemas que lhes surjam.

É muito grande a responsabilidade de todos os que dirigem uma Organização como a M.P. pois a eles, principalmente, cabe a defesa e a integridade dos seus altos ideais. Só com bons dirigentes que cumpram, zelosamente, os seus deveres poderá a M. P. ver realizadas as suas finalidades primeiras — formar um escol que amanhã saiba em quaisquer circunstâncias servir e honrar Portugal continuando, dignamente, a sua História centenária.

Luís Manuel Curto
(C. C.)

Vida do Centro

ACAMPAMENTO INTERNACIONAL

Estiveram presentes no primeiro Acampamento Internacional da Juventude os seguintes filiados deste Centro:

C.B. Manuel da Silva Esteves
C.C. Fernando Plácido Miranda Garcia
C.C. Paulo Pais Nunes Proença

No próximo número será publicado um artigo sobre este acampamento.

NOVOS GRADUADOS

Concluíram o Curso de comandantes de castelo os antigos arvorados deste Centro Paulo Pais Nunes Proença, José Orlando Pereira de Carvalho e Jorge da Conceição Ferreira, tendo o primeiro frequentado a Escola Nacional de Graduados e os outros dois a Escola Regional de Coimbra.

REUNIÃO PREPARATÓRIA DE ACTIVIDADES

No dia 27 de Setembro de 1960 realizou-se uma reunião sob a presidência do Director Adjunto, e estando presentes o Comandante de Centro, todos os graduados e alguns arvorados para delinear o plano de actividades do corrente ano.

Entre outras resoluções ficou assente dar o maior desenvolvimento possível, atendendo às condições do clima, a todas as actividades de campo.

BRASIL

"GLÓRIA DE PORTUGAL"

Devia ser um desses dias de Primavera precoce, de um estranho encanto, tão comuns em Lisboa, no mês de Março. O mar fino e macio espertava o sangue, ao respirar-se. O Tejo, dum azul lustroso, maravilhava os olhos, e das funduras marítimas da barra vinha um apelo aliciante e misterioso.

Por ser domingo dia de festa e despedida da armada de Pedro Alvares Cabral, despovoara-se Lisboa. O povo denso alastrava e revolvia-se pelas praias e pomares vizinhos.. Predominavam no sombrio arraial os tons escuros, com que se cobria a arraia miúda. Entre gibões cintados dos homens e grossas saias das mulheres, os marinheiros e homens de armas, eram festejados e abraçados por amigos e parentes.

De quando em quando, do mais espesso do arraial, vinham mulheres chorosas, com a mantilha escura descaída pela testa até aos ombros, tombavam dobradas de aflição à porta da Ermida de Nossa Senhora de Belém, e encomendavam, arquejando, os filhos e os maridos, à Virgem do Restelo.

As naus, de mastro e verga limpa, a enxurrada fina, flutuando, empavesadas de estandartes e bandeiras, divisas de cada um dos capitães, baloiçavam o bojo curto e negro, na fundura do rio. Apenas em algumas caravelas, as vergas das latinas obliquavam contra o mastro como asa lassa repousando.

Rodava já alto o sol, quando o rei e toda a sua corte, em altaneira cavalgada, vieram e atravessaram, direitos à Ermida, por entre negra multidão, num combinado de cores vivas. Ao andar enfunavam-se as capas, e os sombreiros garbosos e ouviam-se as espadas com seus punhos dourados batendo em tilintins agudos.

Já Pedro Alvares Cabral, os capitães das naus e as pessoas mais gradas da campanha, se juntavam na ermida.

É celebrante o bispo de Ceuta, D. Diogo Ortiz, matemático e cosmógrafo, que auxiliara D. João II no plano dos descobrimentos e conhecia os altos segredos da nação.

Finda a missa o bispo lançou bênção a Pedro Alvares Cabral e igualmente benzeu a bandeira de Cristo, que o rei solenemente lhes entregou, colocando-lhe também na cabeça um barrete que o Papa lhe mandara.

Terminada esta cerimónia, foi levada a bandeira em solene procissão, que el-rei acompanhou até à praia, onde Cabral lhe beijou a mão e se despediu de sua Alteza Real. Atrás ,o povo, acompanhava os cânticos em coro.

A imensa voz religiosa reboou pelas praias. Uma fé sublime alargava os peitos rudes e borbulhava em lágrimas nos olhos.

Constava a esquadra de 12 navios de guerra, entre naus e navios menores e um transporte carregado de mantimentos, todos bem aparelhados, armados e providos para 18 meses de viagem.

No dia seguinte, 9 de Março, saiu Pedro Alvares Cabral, com toda a esquadra. E, querendo-se esquivar às calmarias da Guiné empenhou-se tanto no bordo SW, que a 24 de Abril descobriu terra para oeste por 16° e 30ç de latitude sul supondo-se a450 léguas do W de Africa. A primeira coisa que descobriu, foi um minte alto e redondo, a que deu Pedro Alvares Cabral, o nome de Pascal, por ser então a oitava da Páscoa. Depois foram aparecendo terras mais baixas com grandes arvoredos. De tarde, aproximando-se a esquadra a meia légua da costa, deu fundo de fronte dum pequeno rio e Pedro Alvares Cabral mandou o mestre da sua nau, num batel, para ver que gente era aquela, que andava pela praia.

Voltando de noite, o mestre com dois indígenas de cor parda, como mera curiosidade, foi assaltado pelos ventos de Sudeste, rijo de aguaceiros, só conseguindo subir para o barco por milagre.

De manhã, fez-se Pedro Alvares Cabral à vela ao longo da costa, para o norte,, em busca d'algum porto em que, metesse água e lenha e pudesse ter melhor comunicação, com os habitantes. Com efeito, tendo navegado coisa de 10 léguas desde o ponto da partida, acharam uma aberta no fim dos recifes, pela qual, entraram e viram que dentro se fazia um porto grande e muito seguro, por cuja causa deram fundo. Cabral deu a este porto o nome de Porto Seguro, onde deixou dois degregados um dos quais veio depois a Portugal, mandando levantar na praia uma grande cruz de madeira como sinal de posse que tomava para a coroa portuguesa, chamou a todo o vasto continente Terra de Santa Cruz que depois se mudou em Brasil.

Não pode «O Venturoso, dedicar a devida atenção à sua colonização.

D. João III, «na terceira década do século XVI», envia para os golfos brasileiros, as primeiras armadas colonizadoras de, onde desceu à Terra Virgem, os colonos, transportando as cruzes, os evangelhos, os códigos, as armas, os gados, as charrruas e as sementes.

Adoptou, o «Rei Piedoso», primeiramente, o sistema já experimentado com êxito na colonização das ilhas do Atlântico: o sistema das capitanias. delimitadas por 50 léguas ao longo da costa.

Cada um dos capitães era como um pequeno rei, na sua capitania. Para defenderem o imenso sertão, dos ataques de intrusos, ocuparam primitivamente os portugueses, as Terras do litoral, contentando-se em as andar arranhando ao longo do mar como os «carangueijos» como dizia um notável escritor.

Reconhecida a ineficácia das capitanias e para melhor se coordenarem os esforços de todos, na luta contra os invasores, criou o Rei Piedoso, o cargo de Governador Geral, primeiramente confiado a Tomé de Sousa.

Para valorizar aquela imensa área de mais de 8.000.000 de km², foi preciso o concurso de Angola e Guiné, para se ocuparem nas pesadas tarefas, que os ali esperavam. A fim de dar caça aos índios e de explorar as regiões auríferas e diamantíferas, embrenharam-se pelo interior, ao longo dos cursos de água, grupos de homens destemidos, conduzidos por chefes enérgicos — os bandeirantes. A eles, se deve o inesquecível serviço da exploração daqueles extensíssimos territórios, que constituem o poderoso Brasil, independente desde 1825 — eterna coroa de glória de Portugal, testemunho eloquente do seu génio colonizador. Para comprová-lo basta citar esta apreciação justíssima dum historiador: O Brasil é obra de um só povo branco — o povo português.

João Rosa Lã
(A.C.C.)

DESCOBRIMENTOS

I

Lá se vão as caravelas
Por sobre as ondas do mar
Nelas vão os portugueses
Novos mundos procurar.

II

Levam consigo padrões
Que ficam a assinalar
Os locais desconhecidos
Onde eles foram parar.

III

Descobriram a Madeira
Porto Santo e Açores
Bobraram o Bojador
Nas tormentas sem temores

IV

Depois de muitos trabalhos
Chegaram à India, por fim
Conquistaram Calecut
Cananor, Goa e Cochim.

V

E o Brasil já descoberto
Por Pedro Alvares Cabral
Ficou como outras terras
Pertencendo a Portugal.

VI

E o Infante D. Henrique
Que esta obra iniciou
Fundou uma escola em Sagres
E os marinheiros guiou.

LUIS PLÁCIDO MIRANDA
GARCIA
(C. Q.)

O Castelo de Belmonte, terra natal do descobridor do Brasil

INFANTE D. HENRIQUE

I

Do rei D. João primeiro
Nasceu no Porto um varão
Que deu dois mundos ao mundo
Espalhando a religião.

II

Mandou vir sábios de longe
Sua ciência ensinar
Aos pilotos e marujos
Para no mar navegar

III

Estudou a caravela
Para o mar devassar
E p'ra sua glória e fama
Terras mandou procurar.

IV

Nessas frágeis caravelas
Os ousados marinheiros
Seguiram pelo mar fora
E foram nele os primeiros

V

Este nosso grande herói
Na mente de todos fique
Porque ele viveu e foi
O Infante D. Henrique.

LUIS PLÁCIDO MIRANDA GARCIA
(C. Q.)

AS CAMPANHAS AFRICANAS

Nos fins do século XIX e princípios do século XX, os povos africanoe mostraram-se rebeldes à sua suserania europeia.

Tendo em vista o estipulado pelo Congresso de Berlim de 1884, essas potências coloniais deviam sufocar as rebeliões para manterem o seu direito de ocupação.

Foi o que aconteceu a Portugal. Haviam-se revoltado povos negros na Guiné, Angola e Moçambique. De todas estas rebeliões a mais importante foi a de Moçambique, chefiada pelo régulo Gugunhana, senhor supremo de todo o Império Vátua. Este império estendia-se desde os confins do rio Save até às terras interiores de Inhambane e Lourenço Marques, tendo como capital o «Kraal» de Manjacase e abrangendo aproximadamente um terço de Moçambique.

O Governo Português resolveu, perante o agravamento da situação, mandar para Lourenço Marques o Conselheiro António Ennes sob a nomeação de Comissário Régio e com o fim de dirigir as operações.

Esse governante deparou com grandes dificuldades — faltas de recursos, mau alojamento das tropas, que eram escassas e estando a maior parte delas na enfermaria. O domínio português no distrito de Lourenço Marques estava pràticamente reduzido à cidade e arredores. Quando se falava em qualquer invasão rebelde, as populações, tanto a negra como a branca, tremiam de medo.

As tropas não ousavam atacar por serem diminutas, limitavam-se a vigiar e a defender; por isso a imprensa estrangeira, principalmente a Africa do Sul, apelidava-as de *cobardes* e dirigia os mais infamantes insultos a Portugal.

Como estes jornais eram lidos na Europa, ela começava a olhar-nos com desdém e como julgavam os Portugueses incapazes de debelar a revolta, já se perguntava quem o havia de fazer.

Foi com uma situação destas que o Conselheiro António Ennes deparou. Não esmoreceu no entanto. Pediu reforços à Metrópole e começou a dirigir as operações militares.

Com o fim de estabelecer um posto militar o major Caldas Xavier dirigiu-se a Marracuene. Aí acampou. Numa madrugada, antes do nascer do Sol, os rebeldes atacaram traiçoeiramente. Tomaram-se imediatamente as posições de quadrado e depois de uma luta rápida e sangrenta o inimigo, embora em maior número, foi vencido. Os negros eram tão numerosos que fez a um soldado dizer que «ainda não tinha caído aos pés o cadáver de um inimigo vencido e já se encontrava outro espetado na baioneta».

No período final, as campanhas foram prejudicadas pela acção junto do Gungunhana de certos missionários e comerciantes estrangeiros e também pela quase impossibilidade de transportes. Também a escassez de meios de transporte prejudicou as campanhas, devido à falta de carros, de animais de tiro e de carregadores, assim como a flora e a constituição do solo.

Entretanto entra-se em negociações de paz com o Gungunhana, por desejo dele, que, no entanto, se mostra altivo e põe condições ao que é estipulado, como se ele não fosse um súbdito, mas sim um déspota independente. É-lhe exigida a entrega dos dois principais régulos que se lhe tinham submetido, ao que acede embora pondo objecções como que para ver o desenrolar dos acontecimentos. Em resumo: ainda tinha esperanças de derrotar os portugueses.

Isto veio a ser confirmado quando um contingente de tropas se deslocou para a região Magul em missão de reconhecimento e se viu de repente cercado por numerosos negros. Calculam-se que seriam cerca de seis mil, enquanto os portugueses eram exactamente 275. No entanto reuniram em quadrado, que foi a formação aprovada para as operações militares e esperaram a carga.

O inimigo, certo da vitória, por se fiar na sua superioridade numérica, não teve pressa em atacar. Esperou talvez que o quadrado debandasse para o dizimar na fuga, mas por fim acometeu o reduzido número de Portugueses. Vários ataques foram repelidos e por fim os rebeldes retiraram em debandada ao verem o chefe morto e deixando o campo repleto de cadáveres.

As forças atacantes estavam directamente sob o governo do Gungunhana, que ainda dias antes mandara queixar-se às autoridades portuguesas que os soldados diziam os seus súbditos e que estes não resistiam por terem ordem de não atacar «gente do Rei».

Nisto se vê a hipocrisia do régulo.

Se o que dizia era verdade, porque é que ele mandou algum tempo depois atacar com forças suas as tropas portuguesas? Não eram também «gente do Rei»?

Esta vitória trouxe consequências benéficas para Portugal — os chefes indígenas que estavam submetidos ao Gungunhana, embora o odiassem, resolveram abertamente submeter-se e ajudar os Portugueses, que julgavam já mais fortes. Desta maneira aumentava o poder e prestígio Português, enquanto diminuía o do Império Vátua.

Já se pensava então em levar a cabo a marcha sobre o Manjacaze para prender o Gungunhana, mas apresentavam-se a cada passo as sempiternas dificuldades de transporte e de abastecimento, pelo que a marcha foi frequentemente adiada.

Veio meses depois a fazer-se. A pouca distância de Manjacaze, em Coolela, as tropas foram atacadas e, depois de um combate aguerrido, novamente repeliram o inimigo.

Se após a vitória tivessem atacado o Manjacaze, teriam prendido o Gungunhana, mas ficaram alguns dias no campo esperando alimentos. Mesmo assim o régulo só fugiu quando se viu atacado de perto As tropas foram dar com a aldeia deserta e com inúmeros despojos, o que justificava uma retirada precipitada e recente.

Era espantosa a presença do espírito dos soldados nos combates, embora alguns fossem novatos. As chalaças choviam de todos os lados, como aconteceu no combate de Cooela — um soldado tinha sido ferido por uma bala que lhe quebrara o vómer e queixou-se; logo um oficial retorquiu:

— «É bem feita, para que não tivesses o nariz fora do alinhamento...»

Depois da fuga não se sabia ao certo o paradeiro do Gungunhana. Apurando-se depois que estava em Chaimite aí veio a ser preso no dia 28 de Dezembro de 1895, sòmente por 46 portugueses comandados por Mouzinho de Albuquerque, Manuel da Costa Couto, Francisco Maria do Amaral e Aníbal de Sousa Miranda.

O régulo é levado para Lourenço Marques, onde embarca para Lisboa. Aqui é julgado e depois deportado perpètuamente para Angra do Heroísmo.

Aparentemente estava debelada a revolta, mas não. Os vátuas voltaram à carga por intermédio do Maguiguana, antigo ministro do Gungunhana, que é vencido na batalha de Macontene. Os portugueses eram comandados por Mouzinho de Albuquerque, ao tempo Governador de Moçambique.

O êxito de todas as campanhas africanas foi devido quase exclusivamente à vontade firme de vencer, pois as tropas eram escassas para a vastidão do território. Por isso o Comissário Régio António Ennes escreveu:

«Faz quanto deve quem faz quanto pode e pode muito quem muito quer», porque «querendo é que se vence».

Alberto Abrunhosa Branquinho
(A.C.C.)

O INFANTE D. HENRIQUE

Já antes da conquista de Ceuta era propósito do Infante D. Henrique promover viagens no Atlântico para descobrir novas terras e dilatar a fé de Cristo. Em 1416 retirou-se da corte e fixou residência no Algarve, onde veio a construir a vila do Infante, no extremo do cabo de S. Vicente. Sagres foi durante a vida do Infante, a única escola de navegação onde a ciência estava, dia a dia, ao serviço das realizações que se iam efectuando na descoberta de novas terras, de novos processos de navegação, de novos instrumentos da arte de navegar, num aperfeiçoamento constante que é título de glória dos portugueses.

Desde os primeiros momentos, a obra do Infante D. Henrique se afirma como a obra que levaria a língua, a fé e os costumes portugueses até aos mais remotos confins do globo. Desta forma as regiões que se iam descobrindo eram objecto de estudo e de conveniente exploração. Não havia planos rígidos e únicos; tudo se harmoniza com as condições da natureza e com as possibilidades do momento. O Infante tudo sacrificou à ideia persistente, dando-se-lhe de alma e coração. Apesar das terras já descobertas, do comércio e dos lucros da colonização, além da riqueza pessoal, morreu pobre e cheio de dívidas, contraídas para dar realização ao seu sonho de aventura marítima, de expansão da fé de Cristo, de desenvolvimento da ciência, e de engrandecimento da Pátria ao serviço da humanidade.

Durante 44 anos viveu em Sagres, absorto no maravilhoso da sua aventura, embalado pelo marulhar das vagas, perscrutando os segredos das terras longínquas e da vastidão dos mares, traçando o seu plano imperial, dando-lhe forma e continuadores.

O Infante tinha deixado os elementos necessários para que a sua obra vingasse. Destruira as lendas do mar Tenebroso, aperfeiçoara a navegação, e além disso criou marinheiros ousados e experimentados. Sem ele não teria Colombo atingido a América, não teria Bartolomeu Dias dobrado o cabo da Boa Esperança nem Vasco da Gama teria descoberto o caminho marítimo para a India.

Ao Infante se devem as viagens realizadas por portugueses e estrangeiros nos séculos XV e XVI, porque as embarcações, os instrumentos náuticos, o espírito de aventura eram produto do esforço português, esforço titânico de um homem, secundado por dedicados companheiros que sabiam cumprir até ao sacrifício as suas determinações. Sem a sua ciência, sem o seu espírito, sem a sua fé comunicativa no bom resultado das expedições, não se teriam tão cedo descoberto novos mundos e posto ao serviço da humanidade imensas riquezas até então desconhecidas. A sua acção que honra a sua memória e é título de glória para Portugal, bem merece a gratidão de todas as outras nações que, navegando na esteira dos portugueses, souberam aproveitar-se do seu exemplo para se engrandecerem.

João António Esgalhado de Oliveira
(A.C.C.)

ESPÍRITO HENRIQUINO

Neste ano do Centenário do Infante do Mar mereceu a sua figura de Príncipe, Chefe e português especial estudo e devotada atenção.

A nós, rapazes da Mocidade Portuguesa, que no Infante temos um dos Patronos Nacionais, não podia ser indiferente a Comemoração que em todo o Império unia as almas e entusiasmava os espíritos.

Estivemos sempre presentes e realizámos programas comemorativos próprios dentro dos Centros e ao nível nacional, exaltando o Infante, estudando a sua época, prestando-lhe humilde mas sincera homenagem.

Foi ele o sonhador do Império, dum Portugal Maior que saído da estreita faixa Peninsular se alargaria noutras paragens que o sangue derramado baptizou para sempre portuguesas.

Homem forte, ânimo varonil, espírito todo devotado a servir o seu ideal nada o faz temer nem o consegue fazer recuar. E o sonho acalentado em longas horas de vigília no rochedo de Sagres, vai-se pouco a pouco tornando realidade, milagre da Fé e da perseverança.

São as primeiras terras que aparecem, cheias de promessa e de sugestões, são as velhas lendas do Mar Tenebroso que caem uma a uma abrindo novas rotas, desvendando novos mares, revelando novos continentes e novas raças.

E pouco a pouco se principia a dilatar a Fé e o Império.

Passaram-se 500 anos.

O sonho do Infante teve no final do Século XV a sua conclusão magnífica com a chegada de Vasco da Gama à India, mas hoje, mais do que nunca, urge não perder como norma de conduta e de acção o espírito henriquino — uma grande Fé, bem viva, sincera, entusiasta em Deus e na Pátria e, juntamente, uma vontade que não vacile, um querer que saiba sempre querer.

Assim fortalecidos, salvaguardando desta forma a Unidade Nacional, razão primeira da nossa força, podemos encarar sem receios nem temores os ataques à cidadela lusitana porque ela saberá sempre, resistir e vencer.

Manuel da Silva Esteves
(C.B.)

O Subsecretário de Estado da Educação Nacional visitou o acampamento do Centro "Infante D. Henrique"

O Subsecretário de Estado da Educação Nacional visita o Acampamento acompanhado pelo C. B. Manuel Esteves

As Comemorações Henriquinas do Centro terminaram com um Acampamento realizado no lugar da Senhora do Carmo, Teixoso, nos dias 28 e 29 de Maio.

Este Acampamento, dirigido pelo A.Q.G. Leite de Castro e comandado pelo C.B. Manuel da Silva Esteves, teve por Patrono a alta figura do Infante D. Henrique e por divisa «Novos rumos, a mesma Fé».

Das diferentes provas realizadas devemos destacar a prova de campo para arvorados e chefes de quina realizada sob a direcção do A.I. José Bordadágua e comando do C.C. Manuel Curto.

Tendo Sua Excelência o Subsecretário de Estado de Educação Nacional ordenado que a Chama fosse acesa à hora prevista, mesmo que ainda não tivesse chegado ao acampamento, foi respeitado o horário anteriormente elaborado.

A entrada do Acampamento

A entrega dos prémios pelo Subsecretário de Estado da Educação Nacional

As 21 e 15 chegaram ao local do acampamento os Senhores governador civil de Castelo Branco e Presidente da Câmara Municipal da Covilhã que foram recebidos pelos Director e Comandante do acampamento. A essa hora já tinham chegado à Senhora do Carmo os Excelentíssimos senhores Dr. Carlos Coelho, Deputado da Nação, Dr. Corte Real e Amaral, Delegado do I.N.T.P., Comandantes da P.S.P., da G.N.R. e Legião Portuguesa da Covilhã, Delegado Distrital da M. P. de Castelo Branco Dr. Catanas Diogo, Subdelegado Regional da Ala da Covilhã, Eng. Ernesto Melo e Castro, Director do Centro Escolar n.º 2 Dr. José Abrantes da Cunha, Reverendos Assistentes Eclesiásticos da Ala, muitos professores de todos os Estabelecimentos de Ensino e muitas centenas de pessoas que, gentilmente, se deslocaram da Covilhã à Senhora do Carmo.

Depois do Senhor Governador Civil, acompanhado pelo Comandante do Acampamento ter passado revista aos castelos em formatura que prestavam guarda de honra, o Director do Acampamento convidou o Senhor Presidente da Câmara, Amigo Honorário do Centro, para acender a chama da Mocidade.

Os filiados apresentaram vários números musicais e folclóricos, recitativos de poesias alusivas ao Infante, algumas imitações, dando no abecedário e na desordem de serviço as tradicionais piadas aos Dirigentes.

Pelas 23 horas e 30 minutos chegou à Senhora do Carmo o Senhor Subsecretário da Educação Nacional acompanhado pelo Governador Civil da Guarda, tendo sido recebido pelo Director e Comandante do Acampamento, bem como por todas as entidades presentes.

Depois dos últimos números da Chama, o Director do Acampamento o saudou em breves palavras o Subsecretário de Educação Nacional e pediu a Sua Excelência para proceder à entrega dos prémios e à imposição das insígnias aos novos arvorados do Centro que tinha frequentado com aproveitamento o Curso «Mouzinho de Albuquerque».

Terminada esta cerimónia, o Senhor Subsecretário de Educação Nacional em vibrante improviso chamou a atenção dos novos arvorados para as responsabilidades que sobre eles recaíam e apontou-lhes como fim e toda a sua acção o serviço de Deus e da Pátria.

Depois das orações da noite rezadas pelo Reverendo Assistente da Ala, Padre Joaquim dos Santos Morgadinho, todos os filiados e presentes, cantaram em coro o Hino Nacional com que terminou esta Chama da Mocidade.

Seguidamente o Senhor Subsecretário da Educação Nacional, acompanhado pelo A.Q.G. Leite de Castro e C.B. Silva Esteves, visitou todo o acampamento, tendo assinado, antes de se retirar, o Jornal da Árvore.